



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 333941-3 – Recife/PE**

Suscitante: Juízo de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

Suscitado: Juízo de Direito da 12ª Vara de Família e Registros Públicos da Capital.

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** DIREITO CIVIL E NORMA DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CONFLITO CONHECIDO PARA FIXAR A COMPETÊNCIA EM FAVOR DO JUÍZO SUSCITADO, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 78, 81, III, "a" e 82, II, "a", da LCE Nº 100/2007.

**DECISÃO:** "À unanimidade de votos conheceu-se do conflito, declarando competente o Juízo suscitado da 12ª Vara de Família e Registros Públicos da Capital, nos termos do voto do Relator".

Sessão realizada em 11 de junho de 2014.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 333941-3**, em que figura como suscitante o Juízo de Direito da 14ª Vara Cível da Capital, e, como suscitado, o Juízo de Direito da 12ª Vara de Família e Registros Públicos da Capital, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer do conflito, atribuindo a competência ao Juízo de Direito da 12ª Vara de Família e Registros Públicos da Capital, nos termos do voto do Relator e do termo de julgamento anexo, que integram o presente aresto.

Recife, 13 de junho de 2014.

*Assinado eletronicamente por Des. Adalberto de Oliveira Melo*

**Des. Adalberto de Oliveira Melo**  
**RELATOR**

50  
P



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 333941-3 – Recife/PE**

Suscitante: Juízo de Direito da 14ª Vara Cível da Capital.

Suscitado: Juízo de Direito da 12ª Vara de Família e Registros Públicos  
da Capital.

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Como relatório, adoto o do parecer de fls. 46/47, acrescentando que nele o douto representante da Procuradoria de Justiça opinou pela fixação da competência para julgar a demanda originária em favor do juízo suscitante.

**VOTO**

Como bem salientou o representante do *Parquet*, o autor da demanda originária foi registrado ao nascer como Helio Desiderio de Oliveira, e, posteriormente, por se tornar sócio majoritário da sociedade empresária José Augusto e Companhia Ltda., optou por utilizar a firma com o nome de HÉLIO JOSÉ AUGUSTO DESIDERIO DE OLIVEIRA, tendo obtido, em agosto de 1966, por decisão do juízo da 2ª Vara de família a retificação da certidão de casamento, que lhe possibilitou a obtenção de novo documento de identidade civil perante a Secretaria de Segurança Pública do Estado, nos quais passou a utilizar o nome maior.

Agora, após se afastar da sociedade empresária, propôs nova ação de retificação dos registros civil e de casamento visando voltar a utilizar o nome de batismo (Helio Desiderio de Oliveira), e a baixa ou cancelamento do documento de identidade civil expedido com o nome de HÉLIO JOSÉ AUGUSTO DESIDERIO DE OLIVEIRA, e a retificação na certidão de casamento, consoante se vê nos documentos de fls. 04/24 dos autos.

Fob

✓

51  
20

Com efeito, entendo que a questão a ser definida demanda o cotejo da Lei Complementar Estadual nº 100/2007, que dispõe sobre o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco e dá outras providências, precisamente o que dispõem os arts. 78, 81 e 82 do COJE, que versam sobre a competência do juízo das varas cíveis *lato sensu*, das varas de família e registro civil, e das varas de sucessões e registros públicos, respectivamente.

Eis o teor dos citados dispositivos, aqui transcritos no essencial e com os destaques pertinentes.

Art. 78. Compete ao Juízo de Vara Cível processar e julgar as ações de natureza cível, **salvo as de competência de varas especializadas**.

Art. 81. Compete ao Juízo de Vara de Família e Registro Civil:

(...)

III - quanto à jurisdição de registro civil, processar e julgar:

a) as justificações, **retificações**, anotações, averbações, cancelamentos e restabelecimentos **dos assentos de casamento**, nascimento e óbito;

(...)

Art. 82. Compete ao Juízo de Vara de Sucessões e Registros Públicos:

(...)

II - quanto à jurisdição de registros públicos, processar e julgar:

a) as questões contenciosas e administrativas que se refiram diretamente a atos notariais e de registros públicos em si mesmos, **ressalvado o registro civil de pessoas naturais e casamentos**;

(...)

Ora, da análise atenta dos dispositivos citados depreende-se inicialmente que os juízos das varas cíveis *lato sensu* detêm competência residual para processar e julgar as ações cíveis não incluídas na competência das varas especializadas (art. 78).

E por se tratar de ação de retificação de certidão de casamento e de registro de identidade civil, conforme pedido expresso formulado à fl. 05, se me afigura evidente que a competência para processar e julgar a ação deve ser fixada, no caso, ao Juízo da 12ª Vara de Família e Registro Civil da Capital, que detém a competência para apreciar pedidos de retificação de assentos de casamento, que, como é

fob

52

52  
10

cedição, substitui a certidão de nascimento para efeito de registro e obtenção da identidade civil, a teor do disposto no art. 81, inciso III, alínea "a" do COJE.

Com estas considerações, e pedindo vênia à douta Procuradoria de Justiça, entendo que deve ser fixada a competência para apreciar a ação originária em favor do juízo suscitado.

É como voto.

*Adalberto de Oliveira Melo*  
Des. Adalberto de Oliveira Melo  
RELATOR